

FORA DO EIXO: NOTAS FEMINISTAS SOBRE A TEORIA DE *FORMAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA*

Carolina Correia dos Santos¹

RESUMO: O artigo busca compreender e discutir a teoria que subjaz *Formação da literatura brasileira* de Antonio Candido através, principalmente, dos conceitos propostos por Adriana Cavarero, Donna Haraway e Gayatri Chakravorty Spivak: “inclinação”, “simbiose”, “performar o outro”. Uma vez que Candido expõe seus pressupostos teóricos sobretudo na “Introdução” do livro, este texto visa discutir concepções expostas nas primeiras páginas da obra, desenvolvendo ressalvas tipicamente feministas. Ao levar os pressupostos teóricos de *Formação* ao limite, este texto, ainda, propõe um debate sobre a literatura-mundo, acreditando na familiaridade dos conceitos envolvidos nos âmbitos desta metodologia e da obra de Candido.

PALAVRAS-CHAVE: teoria literária, feminismo, nacionalismo, tradição.

OFF-BALANCE: FEMINIST NOTES ON *FORMAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA'S* THEORY

ABSTRACT: This article aims to understand and to discuss the theory that underlies *Formação da literatura brasileira* by Antonio Candido mainly through concepts proposed by Adriana Cavarero, Donna Haraway and Gayatri Chakravorty Spivak: “inclination”, “symbiosis”, “performing the other”. Because Candido exposes his theoretical assumptions in the “Introduction”, this text aims to discuss conceptions exposed in the first pages of the book making use of feminist insights. Pushing *Formação's* theoretical assumptions to the limit, this text also proposes a discussion about World Literature, a theoretical framework whose hypotheses are extremely familiar to the ones present in Candido's book.

KEYWORDS: literary theory, feminism, nationalism, tradition.

Introdução

Entre todos os estudos, os comentários, as análises e as promessas feitos sobre e à literatura brasileira, Antonio Candido oferece uma fórmula conhecida. Encontra-se no prefácio à primeira edição de *Formação da Literatura Brasileira*: “A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas” (2007 [1957], p. 11). A metáfora soa familiar, talvez familiar demais, e evidencia a relação de dependência entre, pelo menos, duas literaturas nacionais, a portuguesa e a brasileira. A partir disso, a fórmula também implica uma hierarquia global de literaturas nacionais, em que a portuguesa ocupa um lugar secundário em relação a outras

¹ Doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada pela USP. Professora de Teoria Literária na UERJ. Contato: caro.corre.san@gmail.com

literaturas europeias, enquanto a brasileira representaria um tipo de filha bastarda da cultura ocidental, longe da linhagem mais pura, enfraquecida pela distância e, desgraçadamente, condicionada pela história.

O uso que Candido faz da metáfora botânica é sinal de confiança num conceito de evolução² – neste caso, evolução de um sistema literário – que permeará *Formação* e que, grosso modo, significa o avanço linear de uma literatura que se constitui nacionalmente, a partir da síntese entre a forma estética literária estrangeira e uma matéria necessariamente local, em direção às civilização e cultura ocidentais. Candido “planta” um início para a literatura brasileira e reforça a ideia de síntese entre dois elementos, visando a superação de um estado primeiro, relativamente caótico³. A crença de que anteriormente ao Arcadismo havia “manifestações literárias” e não um sistema legível composto por “autor-obra-público” é a base do processo de formação da literatura brasileira.

Se o esquema identifica a Europa como berço da literatura, o Brasil, antiga colônia portuguesa, e a literatura brasileira são enredados na trama identificada com “o discurso histórico”, nascendo ambos para viver seu destino comum: a autonomia e participação, por fim, no teatro maior da civilização ocidental. Em *Formação*, ao mesmo tempo em que se formava um Estado-nação brasileiro, também a literatura nacional se constituía. A *Formação da literatura brasileira* seria, como observou Haroldo de Campos, um relato positivista que equipara formação da literatura à formação do Estado-nação a partir de um todo não-integrado social, política e culturalmente.

Por tudo isso, tudo aparenta fazer sentido na formação de Antonio Candido. De fato, a ênfase dada à “história” parece reforçar a ideia mais disseminada, hegemônica e, portanto, mais legível sobre o discurso historiográfico, e isso seguramente explica seu êxito entre professores e alunos de literatura. As palavras de Haroldo de Campos (2011, p. 38-9),

‘histórico’ (o ‘ponto de vista’) ou ‘históricas’ (a ‘perspectiva’ ou ‘orientação’), só o são na medida em que respondem a um conceito também particular e também ideológico de história: a história retilínea, comprometida com a concepção metafísica da própria história, a culminar na entificação da ideia de nacionalidade,

neste sentido, indicam que o ponto de vista particular é difundido, revelando também certo ímpeto e desejo coletivos pelo progresso linear e pela autonomia. A importância da nacionalidade, especialmente em um país de passado colonial como o

² Escreve Haroldo de Campos (2011[1989], p. 24): “[...] ligada ao pressuposto evolutivo-biológico daquela historiografia tradicional que vê reproduzir-se na literatura um processo de floração gradativa, de crescimento orgânico, seja regido por uma ‘teleologia naturalista’, seja pela ‘ideia condutora’ de ‘individualidade’ ou ‘espírito nacional’, a operar, sempre com dinamismo teleológico, no encadeamento de uma sequência acabada de eventos (e a culminar necessariamente num ‘classicismo nacional’, correspondente, no plano político, a outro ‘instante de plenitude’, a conquista da ‘unidade da nação’”.

³ Cito Candido (2007 [1957], p. 19): “Parece-me que o Arcadismo foi importante porque plantou de vez a literatura do Ocidente no Brasil, graças aos padrões universais por que se regia, e que permitiram articular a nossa atividade literária com o sistema expressivo da civilização a que pertencemos, e dentro da qual fomos definindo lentamente a nossa originalidade”.

Brasil, é, com efeito, raras vezes contestada. É a “nação” que termina por justificar e organizar o conteúdo da história brasileira e da história da literatura brasileira.

Em se tratando de literatura, o que parece acontecer, portanto, é a imposição de uma finalidade a um fenômeno que talvez seja de natureza anárquica. A partir de Jacques Derrida, poderíamos afirmar que parece haver um deslizamento de sentido de “origem” a “essência” da literatura. “Mesmo se um fenômeno nomeado ‘literatura’ apareceu historicamente na Europa, nessa ou naquela data, isso não significa que seja possível identificar o objeto literário de forma rigorosa. Não quer dizer que haja uma essência da literatura. Quer dizer até o contrário” (DERRIDA, 2014 [1992], p. 58). Ao sobrepor a origem da literatura à sua essência, Candido desafia sua análise da formação da literatura brasileira a partir de um núcleo de pureza abstrato (uma “literatura ‘europeia’”) para onde não se pode voltar, mas que funciona como uma espécie de modelo, destino cultural final, haver uma literatura nacional.

A questão é que, como disse Derrida, entender que há uma origem histórica da literatura, que ela nasce na Europa e é um fenômeno moderno, não pode significar que uma essência estável e atemporal seja presumível, nem que ela, nas suas manifestações materiais, necessariamente preste reverência ao moderno e à “Europa”, e portanto à “história”. A literatura, o que é literatura, só pode ser determinada por suas circunstâncias, pelas conjecturas que fazem de um texto uma obra literária. A literalidade, afirma Derrida (2014, p. 64), é “o correlato de uma relação intencional com o texto, relação esta que integra em si, como um componente ou uma camada intencional, a consciência mais ou menos implícita de regras convencionais ou institucionais – sociais, em todo caso”.

Quando Candido conta “a história da formação da literatura” como “a formação da literatura através da história”, ele atribui uma origem à literatura que é específica e uma essência, que, apesar de ser somente contingencial, toma ares de transcendental. Neste mecanismo, que tem na palavra “história” sua chave de ignição, a narrativa do destino da literatura adquire status de verdade; sua constituição torna-se um fim absoluto; a narrativa histórica passa a ser transparente. Na sua narrativa, a literatura produzida no Brasil de 1750 até 1880 é uma *construção*, mas, ainda que Candido enfatize a tomada de uma certa perspectiva, seus enunciados tendem ao tom da neutralidade que a expressão “perspectiva histórica” invoca. Daí ser possível afirmar que

o nacionalismo artístico [...] é fruto de condições históricas, – *quase imposição* nos momentos em que o Estado se forma e adquire fisionomia nos povos antes desprovidos de autonomia ou unidade. Aparece no mundo contemporâneo como *elemento de autoconsciência*, nos povos velhos ou novos que adquirem ambas, ou nos que penetram de repente no ciclo da civilização ocidental, esposando suas formas de organização política (CANDIDO, 2007, p. 29) (grifos meus).

Candido ameniza a verdade de sua própria narrativa, “quase imposição”, mas o alívio perde força quando o nacionalismo se torna resultado de uma evolução inexorável “nos povos velhos ou novos que adquirem ambas, ou nos que penetram de repente no ciclo da civilização ocidental, esposando suas formas de organização política”. O

nacionalismo artístico é, para Candido, historicamente inevitável, assim como a “autoconsciência nacional”, determinando os rumos da literatura e definindo a sua essência, ou aquilo que a constitui.

Desse modo, desde que *Formação* foi publicada, e, ainda mais hoje, podemos dizer que ela é ideologicamente identificada com a formação da nação e ancorada numa concepção histórica de evolução nacional (“Quem escreve, contribui e se inscreve num processo histórico de elaboração nacional”, afirma o autor). Haroldo de Campos (2011 [1989], p. 23) já havia destacado a “visão substancialista da evolução literária, que responde a um ideal metafísico e entificação do nacional”. Abel Barros Baptista (2005, p. 64), por sua vez, afirma que a “teoria da ‘formação’” distinguir-se-ia “por deslocar a definição de nacionalidade da origem para a ponta final e completa: a ‘formação’ é teleológica, não genealógica”. O relevo dado à nação, à construção de uma história e de um discurso nacionais, é evidência de um pensamento sobre a literatura movido por um intuito ideológico-político bem claro, que, de acordo com Campos, se disfarçara de “perspectiva histórica”.

Neste sentido, é de se estranhar que a teoria pós-colonial, e todo o instrumental teórico que ela desperta – de Gramsci a Frantz Fanon, por exemplo –, seja pouco solicitada nos ensaios críticos sobre a teoria literária brasileira. Isso porque os estudos pós-coloniais, mais do que quaisquer outros, retomam a discussão e os embates sobre o nacionalismo, colocando-o à prova da realidade dos territórios liberados há pouco do domínio dos impérios ocidentais. Os pensadores pós-coloniais se mostraram especialmente atentos às “manobras” da crítica e da teoria literárias em favor da construção de um todo orgânico. Como exemplo, vale a pena mencionar um trecho de “DissemiNação”, de Homi Bhabha, por sua perspicaz observação do papel desempenhado pelos estudos literários na disseminação da ideologia nacionalista. Também vale por sua alusão ao Leviatã, imagem que será brevemente recuperada adiante. Se pontos como este não provocaram discussões animadas no âmbito dos estudos literários brasileiros, talvez isso implique alguma má vontade em pensar os pressupostos da adesão a um certo projeto de leitura da literatura e da história brasileiras. Bhabha (2005, p. 203):

De muitos, um: em nenhum outro lugar essa máxima fundadora da sociedade política da nação moderna – sua expressão espacial de um povo unitário – encontrou uma imagem mais intrigante de si mesma do que nas linguagens diversas da crítica literária, que buscam retratar a enorme força da ideia de nação nas exposições de sua vida cotidiana, nos detalhes reveladores que emergem como metáforas da vida nacional.

O que talvez ainda não tenha sido feito em relação à literatura brasileira, portanto, é pensá-la por meio de uma disjunção que a teoria pós-colonial sugere, mas que, me parece, é radicalizada pelo feminismo. Neste artigo, gostaria de indicar os modos como o feminismo de Adriana Cavarero, Donna Haraway e Gayatri Chakravorty Spivak possibilitam leituras da teoria literária a partir de *Formação da literatura brasileira*. “A partir

da”: temporal e conceitualmente: notas que levam em conta tanto a tradição que *Formação* inaugura quanto a teoria latente de *Formação*. Dito de outro modo, o que vou defender nas páginas que seguem é a chance de ler a teoria, às vezes manifesta, noutras disfarçada, de *Formação* em conluio com os conceitos propostos por Cavarero, Haraway e Spivak: a inclinação, a simbiose, performar o outro. Como sabemos, Candido expõe seus pressupostos teóricos sobretudo na “Introdução” do livro, chegando a sugerir que sua leitura não é obrigatória àquele “que não se interesse por questões de orientação crítica” (CANDIDO, 2007, p. 23). A ressalva é feita em uma nota-de-rodapé, na primeira página da “Introdução”. É de se estranhar a crença de que ao leitor seja facultativo compreender a perspectiva adotada. Caso que reforça a acusação de Haroldo de Campos: ao julgar desnecessário o conhecimento dos propósitos que guiam sua narrativa, Candido supõe, mais ou menos conscientemente, não somente a objetividade do seu discurso, mas a conveniência da adoção do seu ponto-de-vista.

Este texto busca discutir as concepções apresentadas na “Introdução” principalmente por meio de ressalvas tipicamente feministas. Ao traçar essas linhas, o texto percorre também uma discussão sobre a literatura-mundo, herdeira – ainda que sem saber – de *Formação da literatura brasileira*.

Para o alto e avante

O movimento do pensamento sobre a literatura em favor da construção da entidade nacional tem uma direção: é fortemente identificado com um discurso sobre a história centrado na progressão em “linha reta”⁴, ascendente, enfatizada, ademais, pela metáfora da árvore / arbusto.

A imagem da reta, ou melhor, de uma linha ereta, encontra um grande respaldo na filosofia, especialmente por sua alusão à justiça e à ética. À ideia do homem como o animal que conquista a postura ereta, junta-se aquela do homem que, nas palavras de Adriana Cavarero (2013), habita o centro do teatro filosófico moderno, o “eu em posição reta e vertical” (p. 14)⁵. “Retidão” e “correção” remetem, diretamente, a conceitos como “honestidade”, “virtuosidade”, “integridade”, “exatidão”, “justeza”, etc. O homem nessa posição é o sujeito de ações, portanto, morais e adequadas. Ele é o protagonista de uma

⁴ Esta afirmação apoia-se também nas críticas ao texto de Candido efetuadas por Haroldo de Campos e Abel Barros Baptista. Além de tudo o que já foi e será citado aqui, cabe ainda ressaltar a seguinte passagem de *O sequestro do Barroco*: “A *Formação* privilegia – e o deixa visível como uma glosa que lhe percorre as entrelinhas – um certo tipo de história: a evolutivo-linear-integrativa, empenhada em demarcar, de modo encadeado e coerente, o roteiro de ‘encarnação literária do espírito nacional’ (I, 26); um certo tipo de tradição, ou melhor, ‘uma certa continuidade da tradição’ (I, 16): aquela que, ‘nascida no domínio das evoluções naturais’, foi ‘transposta para o do espírito’, ordenando as produções deste numa ‘continuidade substancial’, harmoniosa, excludente de toda perturbação que não caiba nessa progressão finalista...” (p. 44).

⁵ No original: “io in posizione dritta e verticale”. Todas as citações de Cavarero são traduzidas por mim a partir do original italiano.

história que requer rigor; é aquele que não se deixa pender, inclinar ou desviar e que não cede a tentações que o fariam vacilar na sua trajetória. Esta é reta, direta ou direita e não torta, se o homem logra manter-se equilibrado sobre seu próprio eixo (CAVARERO, 2013, p. 14).

A imagem da árvore, neste sentido, é primorosa para a compreensão de uma ideia de literatura que, seguindo o modelo do próprio homem, deveria crescer em ascensão sobre sua base e fundamento. É precisamente a precariedade desta condição nas literaturas portuguesa e brasileira que força Candido a falar em arbusto e, assim, em uma árvore de pequeno porte, cuja aparência, menos ereta, menos alta e mais ramificada se confunde com um outro vegetal qualquer. Se a literatura brasileira, ainda mais que a portuguesa, não conforma a imagem da árvore, no entanto, conformar-se uma parece dever constituir o sentido da sua existência e motivação para a escrita da sua história. Nas palavras de Candido (2007, p. 31), pressupõe-se “que as obras se articulam no tempo, de modo a se poder discernir uma certa determinação na maneira por que são produzidas e incorporadas ao patrimônio de uma civilização”. A criação ou a identificação da continuidade entre as obras através do (re)conhecimento de um motivo em comum para suas existências, em última análise, a finalidade de constituir *a literatura brasileira*, torna-se a motivação principal para a ideia da árvore, desenha, mesmo, seu contorno, através da continuidade do traço ao longo do tempo.

Num movimento em que aquilo que vem depois, ou o que está acima, organiza o que veio antes ou está abaixo, essa motivação, convertida em estratégia, ordena a produção das obras literárias no Brasil. Como veremos, também na metodologia da literatura-mundo a possibilidade de um panorama caótico ou de qualquer conhecimento construído de “maneira indisciplinada” deve ser totalmente evitado, discursivamente repellido. O que se vê são teorias, em *Formação* e na literatura-mundo, que rejeitam o que excede o paradigma. Com Cavarero, diríamos que elas refutam drasticamente a inclinação ou o tortuoso.

O ordenamento que *Formação* executa privilegia a concepção de um processo autopoietico— do ser que (re)produz a si próprio —que explica não mais a literatura brasileira somente, mas a teoria literária brasileira. Para Candido, a concepção de um sistema literário propriamente nacional vincula a tríade produtor-leitor-veículo (literatura) a elementos de caráter social e psíquico e características internas das obras, por sua vez associadas ao momento histórico em que surgem. São esses elementos, compartilhados por autores nacionais de um determinado período, que garantem uma tradição, “formando padrões que se impõem ao pensamento ou ao comportamento” (CANDIDO, 2007, p. 24). É essa combinação, podemos dizer, entre literatura enquanto sistema autônomo e “desempenho histórico nacional” que garante a existência de uma literatura nacional e, a partir dela, a narrativa da sua história. A questão é que quem conta esta história está fazendo teoria literária. Está, assim, elegendo um modo de ler a produção literária em determinada língua e dentro de um certo território. Está, ademais, criando uma legibilidade possível (entre outras) para as obras. E faz tudo isso, afinal, *a posteriori*. É neste sentido que, ao criar um axioma de leitura das obras ditas brasileiras, a teoria literária está, ao fim e

ao cabo, determinando a si própria, definindo-se, para além de reguladora do panteão das obras nacionais, chave de acesso à interpretação mesma das obras.

A literatura brasileira torna-se literatura brasileira no momento em que, de acordo com o discurso da teoria, se autocria, se autoalimenta e se autoregumenta. Mas quem, de fato, está criando e criando-se, alimentando e alimentando-se, regulamentando e regulamentando-se é a teoria literária, também ela em vias de, “finalmente”, poder-se chamar “teoria literária brasileira”. É a ideia de autonomia, aqui, a principal força motriz do discurso teórico. Trata-se, portanto, de uma questão de identidade moderna, de um problema, digamos, moderno. Sob o alerta do pensamento feminista, trata-se do famigerado “princípio da autonomia” e do seu correlato “liberdade”, em detrimento de noções como “relação”, “inclinação”, “dependência” e “precariedade”.

Com efeito, os fantasmas que assombram a ideia de (uma literatura e) uma teoria autêntica(s), autônoma(s) e adulta(s) são, precisamente, aqueles que incorporam a figura desqualificante do Papai-Noel nos trópicos, ilustração que praticamente abre “Nacional por subtração”, de Roberto Schwarz. É ainda no início do ensaio que Schwarz dá um exemplo prático da proposta de tradição (mas aplicado à teoria) de Antonio Candido ao lamentar “a passagem a uma escola a outra”, em âmbito acadêmico, sem o devido “esgotamento de um projeto” (SCHWARZ, 1997, p. 30). “Resulta a impressão – decepcionante – da mudança sem necessidade interna” (Idem). Afora as perguntas – pertinentes –: de quais projetos se trata?; quem os elegeram?; como podemos afirmar que tais projetos não tenham realmente terminado?; me parece que apelar à noção de “necessidade interna” não deixa dúvidas sobre o desejo de afirmação de um sistema teórico autônomo, independente e autopoietico, características associadas ao sujeito moderno kantiano, o “eu autônomo, legislador moral de si mesmo e firme sobre o eixo interno do próprio ‘eu autêntico’, em posição tipicamente ereta” (CAVARERO, 2013, p. 39).

Minha aproximação requer alguma artificialidade, uma vez que provo compreender “teoria literária brasileira” como sujeito de uma narrativa, ou, ao menos, como narrador de si mesmo. Esta teoria, criada a partir de *Formação*, é, no entanto, uma entre outras possíveis. Se dedicamos páginas a desfiá-la é pelo peso que ela assume, enquanto projeto anunciado, no nosso contexto. Ao reiterar a ideia de processo (e projeto) inerentemente nacional – “Resulta a impressão – decepcionante – da mudança sem necessidade interna” – Schwarz reforça a suposta ameaça que o fora ou o excesso representam. Inclinar-se para fora de si, tender ao fora ou ao outro constituem, nesta concepção, problemas metodológicos a serem eliminados através de um projeto claro, coeso e autossuficiente, que se apresenta como único.

Tradição, traição

Um corolário da empreitada pela autonomia é a busca por uma espécie de pureza disciplinar. Se, por um lado, ninguém poderia dizer que a teoria literária não se alie a outros discursos disciplinares e se aproprie de conceitos a ela externos, por outro lado,

uma espécie de lealdade ao campo disciplinar é quase sempre solicitada. A história, neste caso, desempenha o papel de baliza do discurso teórico, sendo capaz, ainda, de medir seu valor. O texto teórico parece, portanto, poder desfrutar somente da ou das obras literárias sob escrutínio, dos métodos de análise literários à disposição e da fortuna crítica que aquele(a) autor(a) acumulou. Aceitam-se, sob o pretexto de analisar a conjuntura histórica, investidas, desde que bem dosadas, à sociologia e à filosofia. O quadro é esquemático, talvez um pouco grotesco, mas, em linhas gerais, serve para descrever boa parte dos textos de teoria, crítica e, obviamente, de história literárias à nossa disposição. Se já é uma extravagância um texto teórico sobre uma certa obra literária que disponha de achados tanto da teoria e da crítica literária quanto da antropologia e da filosofia, por exemplo, o que diríamos dos textos nos quais convergissem contribuições teóricas da filosofia, da sociologia, da teoria literária e da biologia?

Seria imprudente afirmar que haja existido, em algum momento, uma recomendação expressa de não exploração de outras discursividades ou outros campos do conhecimento. Mas a sensação de perigo e o temor da segregação – o que, de certa forma, é condizente com a opção, digamos, pelas margens – rondam as iniciativas mais audazes. Seja como for, aquilo que, por outro lado, se pode afirmar é o imperativo do aprofundamento da tradição – Roberto Schwarz (2007, p. 48) diria “força potenciadora da tradição, mesmo ruim” – e da necessidade de reiteração de uma certa autonomia discursiva. Quanto a isso, vale rever, que apesar da defesa da ampliação do horizonte da teoria literária, *Formação* não deixa de comentar a ameaça contida na expansão. A operação salva a teoria, mas deve mantê-la em estado alerta: “A crítica dos séculos XIX e XX constitui uma grande aventura do espírito, e isto foi possível graças à intervenção da filosofia e da história, [...]. Se esta operação de salvamento teve aspectos excessivos e acabou por lhe comprometer a autonomia, foi ela que a erigiu em disciplina viva” (CANDIDO, 2007, p. 32).

Em diversas e relativamente recentes ocasiões⁶, Donna Haraway tem se colocado contrária às ideias de autonomia e individualismo metodológico e em favor de tendências que se abrem às incertezas que fenômenos como a simbiose podem produzir. Já no final dos anos 1980, Haraway apresentava a figura do ciborgue como aquela que melhor responderia às demandas práticas do pensamento e da política. O ciborgue é a configuração de uma identidade sempre parcial e formada por posições contraditórias. Comumente visto como um misto de humano e máquina, o ciborgue de Haraway inclui, ainda, o animal. Um monstro de múltiplas cabeças, como ela mesma sugere, com visões múltiplas, o ciborgue se converte num mito de “resistência e reacoplamento” (HARAWAY, 2009 [1991], p. 46). A proposta, me parece, é encarar os desafios de um mundo que, apesar da multiplicidade de seres, ainda testemunhava e exigia de seus habitantes identidades homogêneas, coesas e estáveis.

⁶ Me refiro a palestras e curtas intervenções que vêm acontecendo desde, pelo menos, 2014. Em 2016, esse material vem sistematizado, organizado e transformado no livro *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*.

O feminismo serve como base, e é o modo como ele se apresenta no cenário mundial naquele momento que Haraway combate. “O sonho feminista sobre uma linguagem comum, como todos os sonhos sobre uma linguagem que seja perfeitamente verdadeira, sobre uma nomeação perfeitamente fiel da experiência, é um sonho totalizante e imperialista” (HARAWAY, 2009, p. 83), afirma. O ciborgue é sua réplica à exigência imperialista: impuro, confuso.

Em *Staying with the Trouble*, a exigência imperialista que Haraway via no feminismo norte-americano dos anos 1980 parece assumir os contornos do conhecimento científico. Para ela, não há nenhum benefício em insistir em sistemas de conhecimento ensimesmados, que reproduzem uma linguagem já conhecida, sem arriscar uma aliança, ou um encontro, *extraordinários*.

Seguindo o exemplo das criaturas vivas que, para a bióloga e filósofa, se constituem juntamente com outras, a ação e o conhecimento contemporâneos devem acontecer de modo simpoiético (HARAWAY, 2016, p. 67). Não como em uma cooperação – não se trata de organismos completamente individuais e autônomos interagindo com outros –, a simpoiese é a prática do existir a partir da relação. Nenhuma autonomia é desejada aqui. Nenhuma autonomia é possível, em primeiro lugar.

Se devemos localizar no passado – meados do século XX – os esforços fundamentais pela criação de uma disciplina em *Formação da literatura brasileira*, é também necessário confrontar e historicizar os ecos das suas enunciações⁷. Limites individuais e mecanismos internos têm a ver com o ímpeto pela criação de um campo discursivo, a teoria, que assim como a própria literatura, gostaria de ver-se “formado” e autônomo. Trocando em miúdos, uma importante parte da teoria literária brasileira parece confiar na concepção de sistema literário autopoiético, assim como apresentado em *Formação*, utilizando-a em textos que, redundantes, não ultrapassam as fronteiras dos estudos literários brasileiros. A própria defesa da constituição de uma tradição (*uma tradição*, devemos enfatizar) é um fator que reitera a introversão tornada robusteza.

Baptista e Campos, neste sentido, parecem se ressentir, demonstrar debilidades e romper com certos dogmas, mas não são capazes de abrir mão de uma linha (reta) de raciocínio que os vincula, inequivocamente, à literatura como um campo autônomo de estudo e à história da literatura como o local de inserção privilegiado da crítica. Baptista alega que a literatura portuguesa teria sido completamente obliterada da história da formação da literatura brasileira para poder ativar seu futuro autônomo e independente. Campos opõe questões filosóficas à ideia de origem da formação de Candido, mas,

⁷ É interessante listar aqui, porque ajuda a dimensionar a importância do crítico, as expressões que Abel Barros Baptista (2005, p. 41) diz encontrar em textos de teóricos e críticos brasileiros para descrever Antonio Candido: “ora como referência”, “ora como abonação”, “e constantemente mencionado a título de ‘mestre’”, “crítico de referência”, “o maior ensaísta brasileiro”, e “o nosso mais importante crítico literário”. Segundo, Baptista, sua linguagem é profundamente assimilada; expressões suas percorrem os textos críticos brasileiros: “formação da literatura brasileira” (ou da ‘leitura’, ou do ‘leitor’, ou da ‘classe operária’...), ‘nosso sistema literário’ ou ‘manifestações literárias’” (BAPTISTA, 2005, p. 41).

talvez, somente para poder afirmar que a literatura brasileira não se forma porque já nasce pronta, ainda antes do que afirmara Candido, no Barroco, com Gregório de Matos. Baptista (2005, p. 69) reluta em endossar a nação como espaço privilegiado para pensar a literatura: “Em todo lado a literatura ‘chega pronta de fora’ porque em todo o lado remete para outro lado, numa tradição e num trabalho de elaboração impossível de conter pelas fronteiras nacionais”, mas reluta, ainda mais, em levar a literatura a lugares improváveis, que não podem ser contidos pelas fronteiras nacionais, mas, tampouco, por confins disciplinares.

A literatura não somente não nasce num lugar porque “chega pronta de fora”, mas traça um movimento sempre constante e excessivo que resiste à sua própria institucionalização. (Na melhor das hipóteses, paralelamente a isso, a teoria literária resistiria à sua própria disciplinarização.)

O espaço da literatura não é somente o de uma ficção instituída, mas também o de uma instituição fictícia, a qual, em princípio, permite dizer tudo. Dizer tudo é, sem dúvida, reunir, por meio da tradução, todas as figuras umas nas outras, totalizar formalizando; mas dizer tudo também é transpor [*franchir*] os interditos. É liberar-se [*s’affranchir*] – em todos os campos nos quais a lei pode se impor como lei. A lei da literatura tende, em princípio, a desafiar ou a suspender a lei. [...] É uma instituição que tende a extrapolar [*déborderer*] a instituição (DERRIDA, 2014, p. 49).

O espaço da literatura se converte em espaço de fronteiras porosas ou de contornos sinuosos, espaço resistente à disciplinarização, que não impede, talvez até solicite, sua inserção em campos discursivos diversos. Por analogia, “cobrir” a literatura com rigor disciplinar e individualismo metodológico a transforme em um objeto de fins utilitaristas. Ser espaço de suspensão da lei quer dizer que a literatura poderia rejeitar qualquer demanda previamente concebida. A literatura seria o espaço que melhor combateria qualquer alusão imperialista.

Em contraste, o problema da origem e da tradição, em *Formação* e a partir dela, determina o tipo de teoria e crítica literárias que são produzidas sob a rubrica brasileiras. A origem enquanto finalidade – uma literatura brasileira formada e autônoma – produz o discurso teórico-crítico vinculado a uma tradição de pensamento que quer se constituir, também ele, disciplina autônoma. Candido (2007, p. 25) afirma, paradigmaticamente, que sua obra poderia definir-se como “história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura”.

Mas um fim, uma função, nas palavras de Derrida (2014, p. 52), “limitaria a literatura ao lhe fixar uma missão”, impedindo qualquer abertura a uma leitura imaginativa das obras literárias. Limitando, de fato, o texto sobre a literatura à análise já metodologicamente determinada. E, de acordo com Derrida, escritores – de literatura e de teoria – têm o “dever de irresponsabilidade, de se recusar a responder por seu pensamento ou por sua escritura diante de poderes constituídos”. Aqui, reside a potência da literatura e da teoria, ou

toda a questão do porvir ou do acontecimento prometido por ou para tal experiência [...] não a democracia de amanhã, não uma democracia futura, que estará presente amanhã, mas aquela cujo conceito de relaciona ao por-vir, a experiência de uma promessa empenhada, que é sempre uma promessa sem fim (DERRIDA, 2014, p. 53).

Nossa questão, portanto, a questão da teoria literária, deve ter a ver com essa alta forma de responsabilidade (que é a irresponsabilidade) a que se refere Derrida. A questão deve ser a de escrever e fazer teoria de forma a participar e promover a experiência de uma democracia porvir. Uma teoria feminista, talvez; posto que, ainda segundo Derrida, é ela que mostra a indissociabilidade entre falocentrismo e logocentrismo. É ela, parece, que pode promover uma fissura grande o suficiente para arejar o pensamento sobre a literatura, destituindo-a de toda possível missão predefinida e destituindo-se do papel de enunciação da missão como história a ser consumada. Na verdade, é ela que pode fazer isso sem sentir que perdeu nada. Uma teoria feminista ciborguiana não tem um passado puro, uma natureza primordial e nem uma missão ou uma narrativa predefinida. Ela, sem compromisso com uma disciplina, precária, infinitamente imbuída das circunstâncias e afetada pelo texto que lê e escreve, se moveria em direção ao imprevisível, como à criação de uma nova linguagem e novos conceitos. Derrida (2014, p. 78) afirma que “a ‘boa’ crítica literária, a única que vale a pena, implica um ato, uma assinatura ou contra-assinatura literária [...] este texto (o texto lido) nunca se deixa completamente ser ‘objetivado’”. Nós imaginamos que uma “boa” crítica e teoria literária tende ao excesso, pendendo para fora da disciplina, constituindo-se nas relações que estabelece com discursos (talvez) inesperados.

Nacional (primeiro), mundial (depois)

Não são poucas as instâncias nas quais *Formação* sugere que, uma vez formada, a literatura nacional poderá contribuir para a inserção do Brasil no quadro mais geral da civilização ocidental. Por uma questão de método, Candido afirma que é a tradição nacional que dará o subsídio e poderá sustentar o pertencimento de uma obra propriamente brasileira ao panteão das obras literárias mundiais. Essa escalada, que se relaciona metaforicamente com o crescimento de um ser vivo (o arbusto se transformando em árvore?), acaba por direcionar nosso olhar. Encarar, então, o estudo da literatura enquanto fenômeno mundial parece obedecer ao itinerário indicado por *Formação*. Assim, se até o momento discutimos a teoria que subjaz o relato da constituição da literatura brasileira segundo Antonio Candido, qual é a teoria – e quais são seus pressupostos – que permite(m) a narração da literatura enquanto manifestação planetária?

A ideia de literatura mundial, como se sabe, foi primeiramente formulada por Goethe: *Weltliteratur*. A partir das suas próprias observações, Goethe afirmaria que os leitores europeus do século XVIII não se restringiam a ler somente as obras da sua nação. Os autores, por sua vez, eram influenciados por estrangeiros. A tradução entre as

línguas nacionais europeias promoveria um espaço de intercâmbio literário, efeito da expansão do próprio conceito de “mundo”, indicando uma evolução natural. Apesar do quadro mormente positivo, nos inquieta, *hoje*, as sugestões de que o outro é essencialmente o não-nacional, assim como nos assusta a iminência da homogeneidade da produção literária. Tal temor se ancora também no fato de que “literatura mundial” só é possível num mundo essencialmente capitalista e imperialista.

Em *Imagined Communities*, Benedict Anderson (2006) atribui ao *print-capitalism* a capacidade de conectar fraternidade, poder e tempo – as três concepções culturais fundamentais para o advento do nacionalismo (p. 36). Se Goethe pensa uma literatura mundial, ela só tem sentido uma vez que a ideia de literatura nacional está bem fundamentada e disseminada. *Weltliteratur* não contradiz a noção de literatura nacional, mas, pelo contrário, depende dela para conceber-se como evolução linear e expansão do próprio conceito de literatura. O *print-capitalism* teria conseguido, segundo Anderson, fazer com que um número cada vez maior de pessoas se relacionasse profundamente de modo a transformar-se em uma comunidade do tipo “horizontal-secular, tempo-transversal” (ANDERSON, 2006, p. 36-7) e esta noção parece ser, guardadas as proporções (de nacional para mundial), a qualidade necessária para a comunidade mundial imaginada por Goethe.

O painel vincula capitalismo, nacionalismo e a indústria da impressão⁸, o que significa dizer que o capitalismo está profundamente vinculado ao advento da literatura moderna. Para Goethe, a literatura mundial é consequência de uma história econômico-progressista na qual a imagem do mercado literário é efeito do próprio comércio internacional e da sua tendência expansionista. Daí o ímpeto (do leitor e “do mercado literário”) em direção à transposição das fronteiras da literatura essencialmente local.

Nesse contexto, a literatura, Goethe parece dizer, é primordialmente nacional. Todas as obras podem ser identificadas e vinculadas a uma nação e à sua (também identificável) cultura. Por isso as particularidades das obras serem fundamentalmente nacional-identitárias e funcionarem como moedas nacionais, distintas mas internacionalmente qualificáveis. Goethe, assim, não apaga as peculiaridades de cada nação e incorpora à literatura, ao mesmo tempo, um valor universal e neutro que atravessaria localismos tornando possível a troca mesma (NATALI, 2006)⁹.

⁸ Anderson (2006, p. 37): “As already noted, at least 20,000,000 books had already been printed by 1500, signaling the onset of Benjamin’s ‘age of mechanical reproduction.’ If manuscript knowledge was scarce and arcane lore, print knowledge lived by reproducibility and dissemination. If, as Febvre and Martin believe, possibly as many as 200,000,000 volumes had been manufactured by 1600, it is no wonder that Francis Bacon believed that print had changed ‘the appearance and state of the world.’”

⁹ Marcos Natali compara as noções de Goethe e Marx e Engels (“Manifesto Comunista”) de literatura mundial e de abstração. Cito Natali (2006, p. 41): “A *Weltliteratur* de Goethe contrasta com o mercado mundial de Marx, pois, nesse, a abstração não é natural e não depende da natureza comum dos objetos comparados. A abstração – que inclusive tem um sujeito histórico específico: a burguesia – é o resultado direto da circulação de bens propiciada pela modernidade capitalista. É a troca de mercadorias que vai atribuir valor abstrato a objetos singulares, tornando

“Literatura-mundo” é a tendência teórica contemporânea que reivindica a herança de Goethe¹⁰. Seu marco inicial talvez possa ter acontecido com Franco Moretti e sua defesa da literatura vista de longe¹¹ e, assim, com a construção de uma “cartografia literária mundial”, florescida nos anos que seguem a queda do muro de Berlim. O momento é importante: a literatura-mundo insere-se em um mundo onde o capitalismo haveria prevalecido em quase todos os lugares. Se a constatação totalizante não pode ser simplesmente recusada, as manobras que ela deve operar são um pouco grosseiras. Considerar o capitalismo o único regime econômico e social só pode vingar se, primeiramente, imaginarmos que todo o mundo na sua extensão territorial é conhecido ou (re)conhecível – o que equivale dizer que o que ainda deve ser conhecido é uma espécie de repetição de algo que já se viu antes: um grupo, uma civilização, uma etnia, que já teve seus costumes e história descritos e normatizados. Também deveremos supor que nenhuma das agitações (“sociais” e “naturais”, se é que podemos continuar com essa antiga oposição) que acontecem atualmente apresenta-se, justamente, como uma *resistência* ao capitalismo, o que é difícil de sustentar. Basta pensar na mudança climática. Ou nas guerras que os Estados Unidos se impõem a cada poucos anos no Oriente Médio e aventar que se trate, também, de “guerras capitalistas”. A literatura-mundo, em seu anseio por cartografar todo o mundo, não parece, então, ter surgido na academia norte-americana por motivos muito estranhos a um projeto que aliará retoricamente capitalismo à democracia e à guerra¹².

À ambição por construir uma “nova” *Weltliteratur*, Moretti responde com um modelo teórico emprestado da escola do sistema-mundo da história econômica e sua premissa de que o mundo capitalista é “uno e desigual”. A cartografia literária de Moretti traça, então, um centro ou alguns centros produtores de modelos literários, e uma periferia ou suas periferias, sempre influenciadas pelos modelos originais. Para alcançar esse desenho, Moretti recorre à leitura de segunda mão, aos especialistas de cada país,

abstrato também o trabalho real, em um processo que sempre terá que enfrentar a diferença irreduzível presente no corpo do operário. A abstração – e, portanto, a troca e comparação – acontece aqui com a circulação, e não antes dela; é a circulação, e não o produto, que possibilita a abstração, a equivalência e a comparação”.

¹⁰ A *Weltliteratur* de Goethe é normalmente o ponto de partida para os teóricos contemporâneos da literatura mundo (“world literature”). Ver, entre outros, Franco Moretti, “Conjectures on World Literature”, in *New Left Review*, jan-fev, 2000; Christopher Prendergast, “Negotiating world literature”, in *New Left Review* n. 8, 2001; Marcos Natali, “Além da literatura”, in *Literatura e Sociedade* n. 9, 2006.

¹¹ Refiro-me à obra de Moretti, *Distant Reading*, uma compilação de artigos, muitos deles publicados no periódico *New Left Review*, traduzido e publicado no Brasil como *A literatura vista de longe*.

¹² Tenho consciência da operação aqui efetuada. Mas, se minha mão pesou ao sugerir uma ligação entre literatura-mundo, capitalismo, democracia e guerra, é porque espero que meu leitor seja capaz de certa ironia. Mas, também espero que a afirmação seja entendida pelo que ela diz: literatura-mundo tem ambição de descrever (dominar discursivamente) a literatura do mundo; a imposição do capitalismo americano (dominar economicamente) parece ser uma forte motivação das guerras que clamam, ideologicamente, lutar pela democracia.

especialmente àqueles da periferia, em cujos acervos literários o pesquisador do centro encontraria maiores dificuldades de aprofundar-se. A ambição do projeto, segundo o próprio Moretti, exige a distância, cada vez maior, da leitura.

(Podemos nos permitir, já aqui, certa incoerência cronológica. Podemos aventar que *Formação da literatura brasileira* antecede o pedido de Moretti, estabelecendo o lugar da literatura estudada através de uma organização espacial que é essencialmente política. Isto é, *Formação* reitera, *avant la lettre*, a disposição das nações segundo o sistema-mundo da história econômica e a cartografia sugerida por Moretti.)

A fórmula *distant reading* de Moretti é claramente uma provocação e uma resposta ao *close reading*, método de leitura que de acordo com o pensador dispensa um tratamento “teológico” ao texto lido, impossível de ser reproduzido em todos os textos literários, que comporiam a produção literária mundial. E seu projeto é realmente dar conta do máximo possível de obras a fim de esboçar um conhecimento dos “expedientes, temas e tropos – ou gêneros e sistemas” (MORETTI, 2000, p. 176). A leitura à distância confiaria em leituras já feitas, em leitores já nacionalmente reconhecidos e por isso, e a partir daí, relevantes internacionalmente. No nosso caso, Roberto Schwarz torna-se o intérprete privilegiado da literatura brasileira. É indiscutível que, no método proposto, um discurso já identificado com o poder através de um cânone inicialmente nacional se veria amplificado no nível internacional e “elevado” à categoria de ciência geral e objetiva, que, afinal, parece ser a categoria à qual a literatura-mundo gostaria de pertencer.

Aqui, de novo, os pensadores identificados com a teoria pós-colonial e o feminismo nos previnem contra o que, grosso modo, é familiar ao patriarcalismo e ao imperialismo político e cultural. Em *Death of a Discipline*, Spivak defende uma nova elaboração da literatura comparada. Ela, tanto quanto Moretti – cuja literatura-mundo constitui uma resposta aos desafios impostos à literatura comparada –, se compromete a teorizar. Mas se a literatura-mundo como prática analítica se converte em descrições das relações entre as literaturas nacionais, Spivak preza pela prática rigorosa do *close reading* na língua original. Uma descrição cartográfica, afirma Spivak, não deixa espaço para um por vir, ou seja, para aquilo que *já* não pode ser lido através dos mapas, aquilo que é produzido em línguas e em territórios não fáceis de acessar.

A contragosto de Moretti – que reivindica entusiasticamente o fim, ou pelo menos a complicação das noções de literatura nacional e local –, a leitura de segunda mão (a leitura à distância) não faz outra coisa que reiterar uma forma *já determinada* de compreender uma certa produção literária em nível nacional. Se meu exercício, aqui, é potencializar a teoria que permeia *Formação* ao ponto de vê-la refletir-se na literatura-mundo, estamos diante de uma operação de sistematização e exclusão que se repete. Nela, a identidade do mesmo se fortalece. Isto é, de um lado, a literatura brasileira define seus contornos mais nitidamente (“empenhada”, compromissada com a história nacional, com o ímpeto autônomo), excluindo, assim, todas aquelas obras que não obedeçam a esse axioma de leitura. Do outro, a literatura-mundo se fortalece ao coagir as literaturas nacionais à repetição do esquema adotado (centro-periferia, ondas, etc.). Desnecessário acrescentar

que obras que não “se encaixam”, ou, no nosso vocabulário, pendam ou se inclinam para fora deste esquema não são sequer lidas. De fato, elas não podem ser vistas de longe.

A tarefa por que clama Spivak, ao contrário, demanda interdisciplinaridade, pela necessidade da atenção à história e à língua local, entendida como meio cultural ativo e não objeto de estudo. Essa prática almeja ser “performativa do outro” (*performative of the other*). Prática instanciada pelas narrativas literárias: ensinar literatura como o treino da imaginação, um instrumento de *othering*. Spivak, de fato, vê a literatura comparada suplementando as ciências sociais e a antropologia, de forma a criar uma política da amizade por vir (*a politics of friendship to come*). Com Haraway, compreendemos essa política como aquela que também promove a aliança entre disciplinas, talvez de modo profundo o suficiente para borrar seus limites e proporcionar um novo horizonte na esfera do conhecimento.

Um ou mais mundos

Nas páginas precedentes, eu mencionava Derrida, para quem a crítica literária que vale a pena é aquela que implica uma assinatura ou contra-assinatura. É importante, então, esclarecer que entendo que críticas literárias – aqueles textos teóricos que mais intimamente se relacionam com obras literárias – pressupõem teorias. Ou seja, não há crítica, nem comentário, nem artigo sobre uma obra, “um período” ou “uma literatura” que não se vincule a teorias, que com elas não dialogue a fim de testar seus limites ou reiterar suas premissas. Tanto Moretti quanto Spivak falam, com razão, de ambas, teoria e crítica, ao mesmo tempo. O primeiro busca uma fórmula abstrata a partir de textos teórico-críticos, enquanto Spivak não anseia por uma regra geral, mas por leituras que nos preparem para uma performance. Para a pensadora indiana, trata-se de um exercício de empatia e imaginação. A crítica literária assina ou contra-assina um texto literário. Crítica e teoria passam a estabelecer uma relação que Derrida descreveu como aquela que é fundamental à literatura e que garante sua existência como uma instituição no limite, entre fazer-se e desconstruir-se.

Se a questão, para Spivak, é a criação de uma política da amizade por vir, ela, diferente de Moretti, para quem teorias não mudam mundos¹³, propõe uma teoria / um pensamento que atue no mundo e nos imaginários com imaginação. Fazendo um paralelo com Donna Haraway (2016), importa que pensamentos pensam pensamentos, que histórias contam histórias, que mundos “mundam” mundos. O principal objetivo da literatura comparada de Spivak, então, não é, como no caso da literatura-mundo, a criação de um gráfico-diagnóstico das literaturas nacionais no mundo (quadro, aliás, já previsível, dado o modelo que segue), mas a chance de estabelecer relações, de certa forma, imprevisíveis, “coletividades” no mundo globalizado (SPIVAK, 2003, p. 34).

¹³ Moretti (2003, p. 77): “Theories will never abolish inequality: they can only hope to explain it”.

Não é somente o texto literário que possibilita uma relação do tipo que requer a imaginação, estimula laços inusitados e se abre para um futuro incerto e um porvir que pode já estar acontecendo; mas o texto literário faz isso de forma exemplar. Como Spivak afirma, o texto literário ajuda no treino da imaginação para uma “performance do outro”.

As pensadoras feministas, talvez melhor do que outros, compreenderam a importância da narrativa, das palavras e dos pensamentos que elegemos para falar, escrever e pensar sobre o mundo. Por isso, um conceito como o “treinar a imaginação” de Spivak torna-se central. Se pensarmos com categorias pré-definidas, através de esquemas interpretativos já determinados e qualificantes, não estaremos fazendo nada com ninguém. Não entraremos em relação com o texto e não seremos capazes de nenhuma performance. A proposta de Moretti de constituição de um esquema (ondas, árvores ou diagramas¹⁴) sobre a literatura mundial não passa, então, de uma foto em grande angular de um quadro já conhecido. A história de uma literatura historicamente empenhada, como em *Candido*, restringe o trabalho imaginativo de leitura, submetendo-o ao paradigma da evolução.

A tarefa da teoria – uma performance – parece ter de transbordar os limites disciplinares a fim de pensar a si mesma. Busca a sua definição nos olhos dos outros (SPIVAK, 2003), escapa de uma finalidade imposta, reverte seu fim e desestabiliza sua essência.

Como a relação com o outro sempre foi um dos temas por excelência da antropologia, e como a antropologia não pode não tentar reconfigurar-se, tendo oferecido os enredos científicos de justificação do imperialismo, é possivelmente dela que emane uma estratégia de evasão de si própria a partir daquilo que a constitui, isto é, das relações que estabelece. A trama articula a inclinação (Cavarero) para fora e a relação. O texto é criado em cada relação: simpoiese (Haraway). A ideia de uma aliança entre disciplinas permite que uma transmita à outra algo que seria, num horizonte ortodoxo, intrinsecamente seu.

Aceitar a oportunidade e a relevância desta tarefa de ‘*penser autrement*’ (Foucault) o pensamento – de pensar ‘outramente’, pensar outra mente, pensar com outras mentes – é comprometer-se com o projeto de elaboração de uma teoria antropológica da imaginação conceitual, sensível à criatividade e reflexividade inerentes à vida de todo coletivo, humano e não-humano (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 25).

Metafísicas Canibais, de onde destaco o trecho acima, é um livro sobre a prática do antropólogo. Mas, me parece que também a teoria literária (e a literatura comparada) poderia(m) se comprometer com a imaginação conceitual. Acredito que “pensar ‘outramente’” é o modo foucaultiano que Viveiros de Castro escolheu para falar de algo que Spivak descreve como a tentativa do pensamento de ser “performativo do outro”.

Além disso, a concepção antropológica do mundo a ser conhecido (pensado / imaginado / sonhado) é, assim como o “mundo” de Haraway, crítico da centralidade do

¹⁴ Considerar a obra *Maps, Graphs and Trees: Abstract Models for a Literary History*, de Moretti.

“humano”¹⁵, colocando um desafio metodológico às teorias que se prestam ao desenvolvimento de modelos abstratos de leitura do mundo. A questão não é pensar a literatura como produção não humana. Pelo menos, não ainda; ou não totalmente. O ponto é complicar os modos de leitura da produção literária imaginando que assim como o ser humano é um conjunto de relações simbióticas, a literatura não pode ser pensada fundamentalmente por meio de grandes unidades, nacionalmente, como reflexo de uma suposta história que vê no Estado-nação sua razão de existir. A analogia possível à teoria da literatura-mundo e da *Formação* é com a história natural evolutiva, na qual espécies diferentes (literaturas nacionais) – uma vez independente das outras – estariam em constante competição¹⁶. Em outras palavras, a literatura-mundo e *Formação*, ao pensar a literatura através da nação, faz uso de um paradigma de evolução autopoietico, abrindo mão de conhecimentos que desestabilizam grandes unidades individuais de análise. Isso, possivelmente, em favor da manutenção de uma tradição de pensamento sobre a literatura, também ele, autopoietico¹⁷.

Bula, ou modo de ler

A longa incursão pela literatura-mundo não foi excessiva se a teoria exposta na “Introdução” de *Formação da literatura brasileira* tornou-se mais evidente ao adquirir

¹⁵ Em “Manifesto ciborgue”, o “humano” perde espaço em favor de um ser parcial: máquina, humano e animal. Em *Staying with the Trouble*, o antropocentrismo novamente é colocado em xeque a partir da afirmação da simbiose como condição formativa dos seres chamados humanos. A questão é, diria Haraway, que ser humano é ser menos humano que ser bactéria, uma vez que corpos humanos contém mais bactérias do que células humanas. O desafio é expandir esse conhecimento, levá-lo ao limite em que o indivíduo não mais se percebe um, mas vários, um “holobionte”. Uma vez habitado por seres que coexistem, em simbiose, o próprio conceito de mundo se modifica.

¹⁶ Para Pascale Casanova (2011), o sistema literário mundial reflete as desigualdades existentes no sistema que compreende os distintos (e autônomos) estados nacionais. Daí uma configuração parecida à que Moretti também utiliza e que sugere a centralidade de determinadas literaturas nacionais, polos *per se* de produção de formas literárias, e a marginalidade de outras. É claro, e isso é evidente nas formulações de Casanova e Moretti, que haveria fricção, contato e, principalmente, influência entre “as literaturas”. Mas, para que isso aconteça, deve-se pressupor grandes unidades literárias nacionais com mais ou menos autonomia. O que sugere, por consequência, que a própria autonomia é algo a ser conquistado uma vez que a suposta grande unidade se forma. É verdade que Moretti parece pensar, principalmente, em obras literárias (mas quais?) como unidades a serem decompostas, visando traçar esquemas de visualização organizados por categorias (tropos, temas, etc.). A nacionalidade das obras, no entanto, é condição *sine qua non* para reforçar o mapa que desenha o centro e a periferia e justificar a estrutura do seu pensamento sobre a literatura do e no mundo.

¹⁷ Do modo como Haraway (2016, p. 61) coloca, a autopoiese estaria em fricção e não exatamente em oposição ao que ela nomeia “simpoiese” e que é o processo mesmo pelo qual um organismo se torna um organismo. Ou seja, em contraste com “‘self-producing’ autonomous units ‘with self defined spatial or temporal boundaries that tend to be centrally controlled, homeostatic, and predictable’”, que é a definição de um sistema e de um organismo autopoieticos, a simpoiese sugere que organismos se tornam organismos em conjunto com outros organismos, através da simbiose.

contornos maiores e, por isso, mais pretensiosos. Ultrapassadas as fronteiras brasileiras e levada ao limite do planeta, a teoria que subjaz a história literária proposta por Antonio Candido nos faz encarar uma concepção da literatura que, iniciada com Goethe, encontra na literatura-mundo sua versão contemporânea. Dependentes do conceito de literatura nacional, essas concepções de literatura restringem-na a reflexo de uma história de caráter evolutivo, positivista e patriarcal. Isto é, a literatura dentro dos parâmetros de *Formação* e da literatura-mundo torna-se um exemplo da variante moderna, secularizada e austera de um sistema geral da verticalidade (CAVARERO, 2013, p. 103), com uma finalidade norteadora.

Na formulação de Candido, a literatura brasileira é “interessada”, “literatura empenhada”, “consciente da sua função histórica”. Candido declara, deste modo, uma “função” à literatura, a ser percebida pelo desejo por uma literatura autônoma que corresponda a uma nação independente. Assim como para os teóricos da literatura-mundo, trata-se de um processo de formação daquilo que é nacional, antes, em direção a autonomia e à participação em um cenário mundial. Tanto para um quanto para os outros, este é um movimento cultural inexorável aos povos ocidentais. No caso dos teóricos estrangeiros, a vontade de autonomia das nações (especialmente as periféricas) e suas literaturas é um dado que dispensa discussão.

A imagem de uma literatura forte e autônoma, implícita no prefácio de *Formação*, a imagem da árvore, envolve, ainda, a noção de crescimento. Assim, se a literatura nacional tem por condição a formação do sistema literário (autor-obra-leitor) nacional, depreende-se que é ele que, formado, chega à maturidade e autonomia, com cada elemento reproduzindo a si mesmo, em relação estável entre si. Garante-se, assim, o crescimento do próprio sistema (mais e melhores autores, obras e leitores), exigência de uma civilização considerada culta.

Contudo, é importante lembrar que a relação aqui requisitada não pode ser de fato uma relação, que implica um “fazer com”, ou “fazer-se com”, ou seja, uma relação que corra, efetivamente, o risco que relações ativas impõem. Na análise de Candido, as unidades leitor, obra e autor permanecem sempre as mesmas, diferenciadas entre si. Um autor é sempre um autor – a não ser naqueles momentos em que lê algum outro autor, que por sua vez é sempre um autor, e assim sucessivamente. Uma obra é sempre escrita por um autor. Um leitor sempre lê uma obra. Contra-assinar um texto, noção derrideana que embaralha os lugares já pouco seguros de autor, leitor e obra, representa bem o “fazer-se em uma relação”, processo que evocamos a partir de Haraway, e que passa longe do esquema-sistema de *Formação*. Ao contra-assinar um texto, a autoria é disputada – “este texto (o texto lido) nunca se deixa completamente ser ‘objetivado’”, afirmou Derrida (2014, p. 78) – e a obra deixa de existir como tal.

O sistema de *Formação*, ao vislumbrar o crescimento, deve, necessariamente, situar a pequenez. Por este ângulo, Candido se ressentido e clama pelas “literaturas maiores” (“Estamos fadados, pois, a depender da experiência de outras letras” [p. 9]) como balizas essenciais para dimensionar a literatura brasileira e enredá-la à história do “espírito do Ocidente”.

Comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca. Mas é ela, não outra, que nos exprime. [...] Ninguém, além de nós, poderá dar vida a essas tentativas muitas vezes débeis, outras vezes fortes, sempre tocantes, em que os homens do passado, no fundo de um terra inculta, em meio a uma aclimação penosa da cultura europeia, procuravam estilizar para nós, seus descendentes, os sentimentos que experimentavam, as observações que faziam, - dos quais se formaram os nossos. [...] Lidas com discernimento, revivem [as obras] na nossa experiência, dando em compensação a inteligência e o sentimento das aventuras do espírito. Neste caso, o espírito do Ocidente, procurando uma nova morada nesta parte do mundo (CANDIDO, 2007, p. 10).

A citação é longa e conhecida; se encontra, também ela, no prefácio à primeira edição de *Formação*. Mencioná-la, entretanto, ajuda a reconhecer o projeto vertical do livro, que entendemos pertencer àquele sistema geral da verticalidade (*sistema generale della verticalità*) ao qual Cavarero alude. “Pouco surpreendente, as ordens políticas imaginadas pelos filósofos são principalmente marcadas por uma verticalidade que organiza suas estruturas e se mostra como eixo fundante o generativo da própria ordem” (CAVARERO, 2013, p. 109). A estrutura vertical que, ao fim e ao cabo, *Formação* cria – do caos das manifestações literárias em direção à literatura nacional, da imaturidade à consciência da “sua função histórica” –, ao justificar-se através da “perspectiva história”, acaba por sugerir a ordem da própria história. Como o Leviatã hobbesiano que Cavarero invoca, “literatura brasileira” incorpora e dá ordem às obras literárias, “instintivamente” caóticas¹⁸ ao mesmo tempo em que instrumentaliza a própria disciplina da história.

O treino da imaginação para uma performance do outro, neste sentido, desenvolve-se em linha oposta ao esquema vertical proposto por *Formação*. Se Candido, como Spivak, declara-se atento às particularidades e contextos da produção literária, Spivak passa longe de dar uma receita de leitura ou um axioma de interpretação.

A nação, sabemos, é um tema caro aos teóricos pós-coloniais, constantemente analisado, estimado, desconstruído. As teses estabelecidas são múltiplas e geram respostas complexas e diversificadas quando colocadas a serviço da teoria literária. Isso quer dizer que, longe de ser descartado, o nacionalismo e a construção da nação são problematizados, ao invés de se tornarem únicas chaves de leitura da produção literária.

Formação, ao reiterar o caráter empenhado da literatura brasileira, sugere, além de um único modo de confrontar “literatura” e “nação”, uma legibilidade não problemática dos conceitos envolvidos na sua proposta teórica vertical: “literatura”, “nação”, “literatura nacional”. Além disso, não há espaço para o imprevisível em projetos teleológicos de interpretação literária, assim como não se consegue imaginar um “fazer-com” entre

¹⁸ Lê-se em Cavarero (2013, p. 110): “Sulla superficie della sua pelle, quasi fossero scaglie del mostro marino da cui il gigante prende nome, è raffigurata una miriade di ‘piccoli’ uomini che egli, alla lettera, incorpora. Raddrizzati dalla verticalità sovrana che li assorbe, essi hanno così il modo finalmente di rettificarsi e di vivere in pace, ovvero si salvano dagli effetti micidiali di quella ‘volontà di nuocere’ – alla lettera, di ferirsi, di colpisci e, in ultima analisi, di uccidersi – che è, per la specie umana, secondo Hobbes, un’inclinazione naturale.”

disciplinas, uma evolução “sim-poiética” através da simbiose no lugar da evolução autopoietica ao longo de uma linha – um processo – vertical. Em um cenário seriamente interdisciplinar, o resultado final não é conhecido de antemão e a posição da teoria tem menos a ver com uma narrativa heroica com final conhecido do que com a precariedade, enunciação menor.

Donna Haraway vem descrevendo sua posição intelectual por meio da ambiguidade do *stay with the trouble*, uma evocação do constante ato de pensar e (re)situar o pensamento. Essa postura abre mão dos grandes esquemas interpretativos e possibilita a irrupção do inesperado. Essa também é a postura de Spivak resumida na revolucionária expressão *a politics of friendship to come*. A teoria de tendência doutrinária que subjaz a *Formação da literatura brasileira* se beneficiaria de menos centralidade e menos autonomia, de pender-se para fora do seu eixo.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. London, New York: Verso, 2006.
- BAPTISTA, Abel Barros. *O livro agreste*. Campinas: Editora Unicamp, 2005.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- CAMPOS, Haroldo de. *O Sequestro do Barroco na Formação da Literatura Brasileira: O Caso Gregório de Matos*. São Paulo: Iluminuras, 2011 [1989].
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos 1750–1880*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2007 [1957].
- CASANOVA, Pascale. “Combative Literatures,” tr. Nicholas Gray. *New Left Review*, n. 7, 2011, p. 123-134.
- CAVARERO, Adriana. *Inclinazioni: Critica della rettitudine*. Milano: Raffaello Cortina Editore, 2013.
- DAMROSCH, David. *How to Read World Literature*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.
- DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida*. Trad. Marileide Dias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014 [1992].
- HARAWAY, Donna. “Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: TADEU, Tomaz. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 33-118.
- HARAWAY, Donna. *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Durham and London: Duke University Press, 2016.
- MORETTI, Franco. “Conjectures on World Literature”. *New Left Review*, jan-fev, p. 54-68, 2000.
- MORETTI, Franco. “More Conjectures.” *New Left Review* 20, p. 73-81, 2003.
- MORETTI, F. *Graphs, Maps and Trees: Abstract Models for a Literary History*. London: Verso, 2005.

- MORETTI, F. *A literatura vista de longe*. Trad. Anselmo P. Neto. Porto Alegre: Arquipélago, 2008.
- NATALI, Marcos Piason. “Além da literatura”. *Literatura e Sociedade*, n. 9, p. 30-43, 2006.
- PRENDERGAST, Christopher. “Negotiating world literature”. *New Left Review*, n. 8, p. 100-121, 2001.
- SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Death of a Discipline*. New York: Columbia University Press, 2003.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas canibais: Elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify N-1, 2015.

Recebido em: 27/01/2020

Aceito em: 03/02/2020

Referência eletrônica: SANTOS, Carolina Correia. Fora do eixo: notas feministas sobre a teoria de *Formação da literatura brasileira*. *Criação & Crítica*, n. 26, p., jun. 2020. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/criacaoecritica>>. Acesso em: dd mmm. aaaa.